



ENSINO DE HISTÓRIA E ANTIRRACISMO: JULGAMENTO ENCENADO E A PERCEPÇÃO DOS RACISMOS COTIDIANOS

Autores: Cledson Kaiky Feitosa da Silva¹, Felipe Geymison Ramos Bernardo², Diego César dos Santos³, Francisco Egberto de Melo⁴. email: cledson.silva01@urca.br

Instituições: ¹Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, Brasil; ²Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, Brasil; ³Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, Brasil; ⁴Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, Brasil.

RESUMO

O ensino de História sobre a escravidão exige estratégias que ultrapassem a exposição de conteúdo e permitam aos estudantes reconhecer como o racismo se manifesta nas relações sociais, inclusive de forma sutil (Ribeiro, 2019), tema central para a formação docente e para a educação das relações étnico-raciais (Gomes, 2005). Este trabalho tem como objetivo relatar uma oficina do subprojeto de História do PIBID que buscou levar estudantes do Ensino Médio a perceber os racismos cotidianos, expressos em olhares, falas e gestos, e a refletir sobre a desumanização de pessoas negras no sistema jurídico do Brasil escravista, em alusão ao Dia da Consciência Negra. Trata-se de um relato de experiência de intervenção pedagógica, realizada com sete turmas da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Tiradentes, em Juazeiro do Norte-CE. Em duas sessões, encenaram-se dois julgamentos, com a presença anacrônica de Luiz Gama como advogado de defesa e os estudantes como júri popular: um caso ficcional, inspirado na história de Hypolita, mulher livre reescravizada (Pedroza, 2015), e adaptado para um homem negro que enfrenta o Estado para provar sua liberdade; e o de um dos líderes da Rebelião da Barca Laura (Vieira, 2010), no Ceará. O roteiro incluiu olhares, risadas e falas que fragilizam a defesa, e a licença poética utilizada foi explicitada como recurso pedagógico. Nos intervalos, os bolsistas contextualizaram os casos e as leis do período, da Lei Feijó (1831) às leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, até a abolição, em 1888. Cada sessão terminou com roda de conversa aberta aos estudantes. Na deliberação e nas rodas, os estudantes mostraram-se espantados e indignados com a condenação de réus sem provas, chegaram a supor que o juiz havia sido comprado pela promotoria e relataram, inclusive, racismos vividos por eles. Isso sugere que a encenação favoreceu a identificação do racismo implícito e a crítica à injustiça, aproximando o passado das experiências do presente. Para a prática docente, a experiência evidencia o potencial das metodologias ativas, como a encenação, para tratar o racismo em sala de aula e no ensino de História. Ela contribuiu para a formação inicial ao articular planejamento e mediação de debates sensíveis, fortaleceu o trabalho da escola com a temática racial e reafirmou o papel do PIBID na aproximação entre universidade e escola básica. Como desdobramentos, preveem-se novos casos históricos para encenação, ampliando o repertório da oficina.

Palavras-chave: Ensino de História; PIBID; Antirracismo; Racismo cotidiano; Encenação.